

Petição
ATO

REQUERIMENTO Nº 81/2022

O vereador Cezar Gengis-kahn Johnsson, assim infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação do Plenário, o seguinte:

REQUERIMENTO

Requer à Mesa, que após deliberação e votação do Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Presidente desta Casa de Leis, para que, nos termos do que dispõe o artigo 30 da Lei Orgânica do Município, proceda a CONVOCAÇÃO do senhor Secretário Municipal de Obras Públicas Senhor Mauro Lesniovski, o responsável pelo setor de protocolos da Secretária e o motorista que estava trabalhando no dia 14 de fevereiro com o caminhão da Secretária com a Placa: AOJ-8620, para que compareça a esta casa de Leis para prestar esclarecimentos, em Plenário ou perante a Comissão competente, acerca dos fatos noticiados recentemente em grupos de Whatsapp e na imprensa local, de que o Caminhão que pertence a Secretária de Obras Pública Municipal estaria prestando serviços particular na Casa do Vereador Professor Du, sendo esse serviço encher sua Piscina em pleno horário de expediente.



JUSTIFICATIVA

Como se sabe no Art. 312 do Código Penal configura-se o crime de **Peculato** onde diz “**Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio**”, a eventual prática se trata de uma modalidade especial de apropriação indébita praticada pelo funcionário público em razão de sua função, neste delito o agente público arbitrariamente toma como sua ou desvia, em proveito próprio ou de terceiro, a coisa móvel que possui em razão do cargo, pertencente ao Estado. Neste caso foi noticiado que estariam os funcionários públicos da Secretária de Obras favorecendo o VEREADOR PROFESSOR DU, com o uso do caminhão pipa (bem público) para encher a piscina da sua casa (propriedade particular). Questão que leva ao entendimento que o **objeto material** é a coisa sobre a qual recai a conduta do funcionário público (dinheiro, objetos, bens móveis de natureza pública ou privada). O funcionário público utilizar-se de máquinas ou veículos para a realização de atividades em proveito próprio (é o que a doutrina chama de “**PECULATO DE USO**”).

Vale ressaltar que a prática ilícita administrativo-disciplinar, é toda conduta do servidor público que, no âmbito de suas atribuições ou a pretexto de exercê-las, deixa de observar dever funcional ou transgredir proibição prevista em lei. Cabe destacar que a apuração de responsabilidade disciplinar deve estar voltada para a suposta prática de ato ilícito no exercício das atribuições do cargo do servidor público.

Diante da situação e do dever do vereador em fiscalizar quaisquer suspeita de prática ilícita do Poder Executivo, faz necessário o comparecimento dos servidores nesta Casa Legislativa para prestar os devidos esclarecimentos por eventual prática ilícita e que assim seja apurado os verdadeiros fatos através de processo administrativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE
RIO BRANCO DO SUL

Sala das Sessões, em 20 de maio de 2021.

Cezar Gengis-khan Johnsson
VEREADOR

APROVADO
EM: ÚNICA DISCUSSÃO
EM: 05/05/2022

Presidente